



Clipping Nacional de EDUCAÇÃO

Brasília, 19 de Dezembro de 2019

Fundeb é prioridade em 2020, avalia Arns

Segundo a Constituição, o fundo que financia a educação deve ser extinto no final de 2020. Área pode ficar sem financiamento caso o Congresso não aprove uma nova emenda constitucional

A COMISSÃO DE Educação (CE) aprovou na terça-feira o relatório do senador Flávio Arns (Rede-PR) sobre o Fundeb, política pública avaliada pelo colegiado em 2019.

O Fundeb está previsto para vigorar apenas até dezembro de 2020, segundo texto da Constituição. Em seu relatório, Arns sugere que o Parlamento priorize a renovação do Fundeb no ano que vem, sob risco da educação perder sua principal fonte de financiamento.

— O Fundeb responde pela maior parte do investimento público em educação bási-

ca. Corresponde a 63% do montante; 2,3% do PIB brasileiro, um total que chegará a R\$ 156,3 bilhões só em 2019.

Arns ressalta que será preciso aprovar uma nova proposta de emenda à Constituição e depois regulamentar o Fundeb. Ao governo federal, caberá estabelecer as normas infralegais. Se esse processo não acontecer, o fundo deixará de existir em 2021.

O senador Confúcio Moura (MDB-RO) lembrou que o Ministério da Economia já disse ser contra aumentar a participação do governo federal no





Marcos Oliveira/Agência Senado

Dário Berger, presidente da comissão, cumprimenta Flávio Arns, relator

financiamento do Fundeb. A atual gestão também foi muito criticada por Fabiano Contarato (Rede-ES).

— O governo acabou com a TV Escola e vem cortando

recursos para a educação. O orçamento do MEC para 2020 é 17% menor que em 2019. Este ano o governo executou só 8% do orçamento para a educação infantil, 7% para a

educação profissional e 4% para a educação básica. Temos um presidente que se refere ao educador Paulo Freire, respeitado em todo o mundo, como um 'energúmeno'. Mas energúmeno é Bolsonaro. Freire continuará sendo estudado por muito tempo, e Bolsonaro, espero, passará rapidamente.

O presidente da CE, senador Dário Berger (MDB-SC), defendeu que o Congresso vincule o novo Fundeb à melhoria da infraestrutura escolar.

— O IBGE mostra que 17,5 mil escolas não têm nem banheiro em suas instalações. Outras 7,5 mil funcionam sem energia elétrica e 47 mil não têm internet — lamentou o senador.

54% dos professores relatam violência em escolas de SP

Pesquisa do sindicato com docentes e alunos da rede estadual registra piora no cenário; secretaria afirma que estudo tem viés político

ELISA MARTINS
elisa.martins@oglobo.com.br SÃO PAULO

Ao menos 37% dos estudantes e metade do corpo docente (54%) de escolas estaduais de São Paulo afirmaram já terem sido vítimas de um ato violento em seus colégios. Bullying e agressão verbal lideram os relatos sofridos.

Os dados são do estudo “Qualidade de educação e violência”, divulgado ontem pelo Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp) e pelo Instituto Locomotiva. A pesquisa ouviu pessoalmente e por telefone mil estudantes e 700 professores em 14 regionais do estado, entre setembro e outubro deste ano.

Os números mostram uma piora da situação escolar: há cinco anos, 28% dos alunos e 44% dos professores declaravam ter sofrido violência dentro da escola.

Além de bullying, queixa mais frequente entre alunos, e agressão verbal, mais descrita por professores, a comunidade escolar

relatou casos de agressão física, furto, roubo, assédio moral e roubo ou assalto à mão armada.

Um dos maiores casos de violência com repercussão nacional foi o ataque à escola estadual Raul Brasil, em Suzano, na Grande São Paulo. Na tragédia, em março, oito pessoas foram mortas e 11 feridas.

Depois, em maio, em Carapicuíba, também na Grande São Paulo, uma professora foi atacada por alunos que arremessaram carteiras e livros contra ela em sala de aula. Em setembro, um aluno esfaqueou um professor em uma escola municipal na Zona Leste.

A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo afirmou que a pesquisa tem “viés político” e que não contribui para a melhoria da educação “por estar ligada a uma entidade que possui interesses políticos partidários”: “A maioria dos dirigentes da Apeoesp é ligada ao PT. A própria presidente, inclusive, é filiada ao Partido dos Trabalhadores”, afirmou a secretaria, em comunicado.

A pasta destacou ainda que lançou, em outubro, o programa Conviva SP, que busca identificar vulnerabilidade nas escolas e promover melhorias de convivência.

Com aval de governo do PT, Bahia chega a 83 escolas militarizadas

João Pedro Pitombo
SERRINHA (BA)

Sob um sol de 34 graus, os estudantes perfilam-se na quadra da escola Ivete Oliveira, em Serrinha (183 km de Salvador). Ao sinal do policial militar que comanda os alunos tal qual uma tropa, batem continência e cantam à capela o hino nacional.

A escola é uma das 83 unidades de ensino fundamental da Bahia que adotaram o modelo militarizado, em uma parceria das prefeituras com a Polícia Militar da Bahia, comandada pelo governador Rui Costa (PT).

A iniciativa é anterior ao projeto de escolas cívico-militares da gestão do presidente Jair Bolsonaro (sem partido), que prevê a construção de 216 escolas militares no país até 2023.

O modelo adotado na Bahia, que tem pontos de semelhança com a proposta do governo federal, começou a ser adotado em 2018, de forma experimental, em quatro escolas. Ganhou escala durante o

ano letivo de 2019, chegando a 18% dos municípios baianos.

A parceria prevê a contratação de policiais da reserva ou reformados, com salários entre R\$ 2.000 e R\$ 3.000, para cuidar da parte disciplinar da escola. A administração da escola e o projeto pedagógico permanecem sob a alçada dos professores.

Cabe aos policiais promover atividades cívicas, fiscalizar a circulação de estudantes fora das salas no horário de aula e garantir o bom comportamento dos alunos.

“Trabalhamos exclusivamente com a parte disciplinar. A ideia é fazer com que os alunos cumpram os horários e respeitem os professores, resgatando valores que com o tempo foram sendo deixados de lado nas escolas”, afirma o gestor do projeto das escolas militarizadas, tenente-coronel Ricardo Albuquerque.

Além da disciplina, os policiais ainda monitoram padronização

estética dos estudantes: todos devem estar de uniforme limpo, sapatos fechados e camisas por dentro da calça.

Os meninos devem cortar o cabelo com máquina número dois nas laterais e número três na parte superior. As meninas devem usar maquiagem discreta e penteado com coque se o cabelo for abaixo dos ombros. É proibido o uso de assessórios como correntes e brincos que ultrapassem o lóbulo da orelha.

Em Serrinha, cidade do sertão baiano, duas escolas municipais adotaram o modelo militarizado. Na escola Ivete Oliveira, com 578 alunos, o sistema começou em agosto deste ano. Desde então, 18 estudantes pediram para trocar de escola por não terem se adaptado ao novo modelo.

Por outro lado, houve um aumento na procura para matrículas para 2020. Mãe de duas crianças que estão no ensino fundamental, Erivânia Cardoso, 38, é uma das que





foi até a escola Ivete Oliveira em busca de vagas para os filhos.

Ela atualmente gasta R\$ 300 por mês com uma escola particular. Mas diz que, com a adoção do modelo militarizado, prefere matricular seus filhos na escola municipal: “Me sinto mais segura com eles aqui”.

A escola Ivete Oliveira fica em uma confluência entre três bairros com histórico de violência e rivalidades em Serrinha. Possui um Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) de 2,4 nos anos finais do ensino fundamental —a média nacional de 4,7. Por esses motivos, foi uma das primeiras a ser escolhida no projeto de escolas militarizadas.

“Tínhamos alunos que vendiam droga dentro da escola. Hoje isso já não existe mais”, afirma a diretora da escola Roseli Mascarenhas.

Ela ainda diz que a preocupação com a disciplina além dos muros da escola: “Se tiver um brigando na rua, vestindo nossa farda, vamos atrás”.

Aluno do 9º ano do ensino fundamental, Eric Santos Pereira, 17, se descreve como um aluno “brincalhão e perturbado”. E diz que as mudanças no perfil da escola o ajudaram a ter mais seriedade com

os estudos: “Chega uma fase da vida que a gente tem que mudar de postura”.

Outros alunos, que preferiram falar em privado, criticaram o novo modelo por impor uma série de regras e restrições no dia a dia dos alunos, o que inclui até limitações para ir ao banheiro no horário das aulas.

Segundo o prefeito de Serrinha, Adriano Lima (PP), cada escola militarizada resulta em um incremento de R\$ 9.500 no gasto mensal da prefeitura, dinheiro usado para pagar os salários dos policiais reformados.

Por outro lado, ele afirma que reduziu os gastos com a manutenção das escolas. “A depredação é praticamente zero.”

Apesar de festejado pelos prefeitos e pela Polícia Militar, o modelo militarizado é alvo de questionamentos de educadores e do MPF (Ministério Público Federal).

A Anfope (Associação Nacional pela Formação de Professores da Educação) afirmou em nota que “não é função dos aparelhos de segurança pública envolverem-se em assuntos que não são de sua alçada e cujo planejamento requer domínio sobre Plano Nacional de Educação”.

Já o MPF enviou uma recomendação às prefeituras na qual afirma que as escolas não podem restringir a liberdade de expressão, a intimidade ou violar a vida privada de seus alunos.

E afirma que as escolas militarizadas têm ido de encontro a garantias constitucionais ao impor padrões estéticos aos estudantes, controlar o que eles publicam em redes sociais e proibir participação dos alunos em manifestações políticas ou reivindicatórias.

“Essas restrições são inconstitucionais e que não têm potencial de melhorar o ensino”, afirmaram os procuradores.

Gestor do projeto das escolas, o tenente-coronel Ricardo Albuquerque afirma que não há restrição às liberdades individuais e que o modelo disciplinar é adotado com autorização dos pais dos alunos. E defende o sucesso do modelo, apontando para uma ampliação em 2020 —já são pelo menos 30 pedidos de instalação escolas militarizadas em cidades do interior baiano.

Apesar de apoiar a parceria, o governo da Bahia não prevê a replicação do modelo em escolas estaduais e, por isso, não aderiu ao

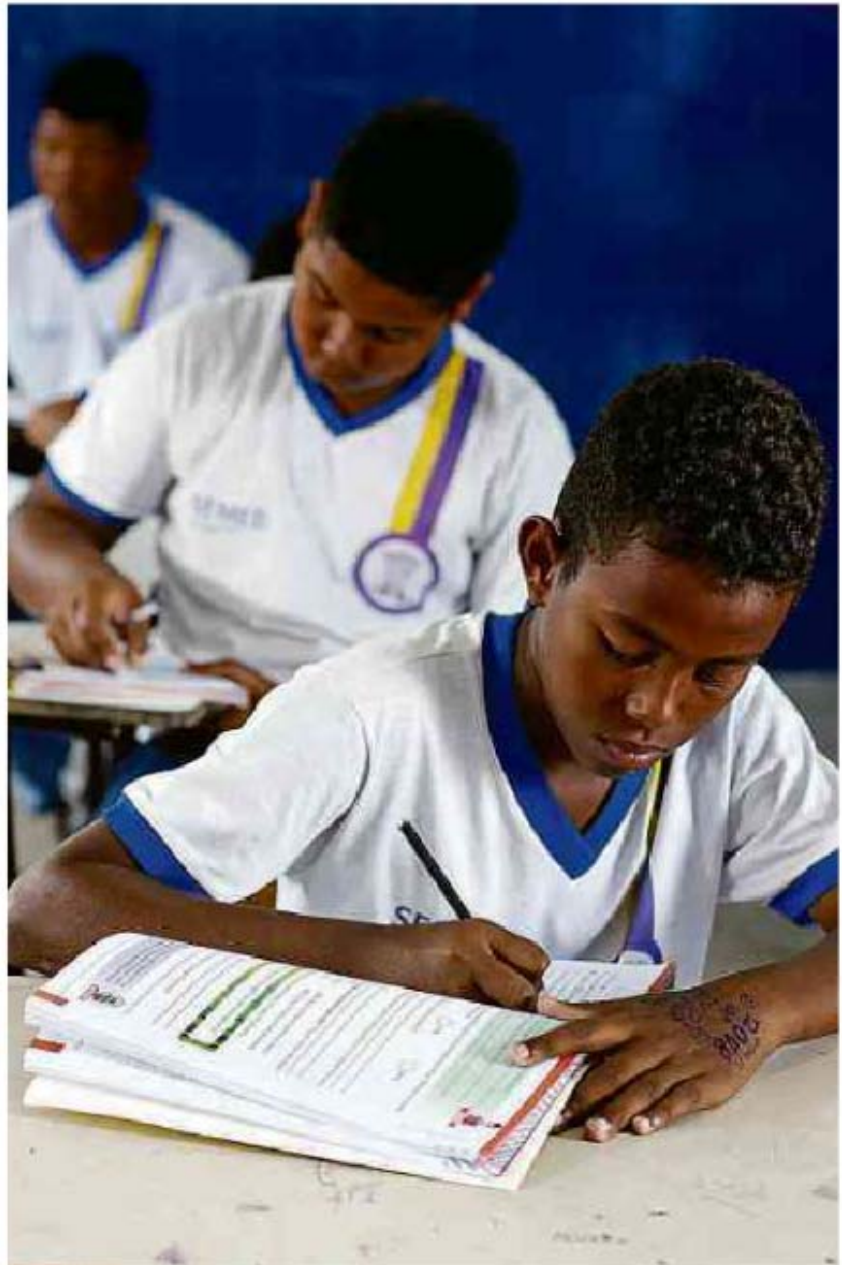




projeto de implantação de escolas cívico-militares proposto pelo presidente Jair Bolsonaro.

Pra o governador Rui Costa (PT), o governo federal não deixou claro quais seriam os termos da adesão ao programa. “Se o Governo Federal quiser, montar uma escola militar ou mandar recursos para reformar escolas, eu estou aceitando. Mas só participar de marketing não dá.”

A rede estadual da Bahia possui atualmente 1.161 escolas, sendo 15 delas são geridas pela Polícia Militar.



Estudantes têm que cumprir regras como usar a camiseta por dentro da calça e cortar o cabelo em um comprimento padrão

Câmara de Salvador aprova projeto de lei para mudar nome de escola Paulo Freire

João Pedro Pitombo
SALVADOR

Um dia depois de o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) se referir a Paulo Freire (1921-1997) como energúmeno, a Câmara Municipal de Salvador aprovou um projeto de lei que retira do nome do educador de uma escola municipal da capital baiana.

De autoria do vereador Alexandre Aleluia (DEM), o projeto prevê a mudança do nome da escola municipal Educador Paulo Freire para escola municipal José Bonifácio, em homenagem ao patriarca da Independência do Brasil. Fundada em 1997, a escola tem 264 alunos e fica no bairro do Arraial do retiro, periferia de Salvador.

Para valer como lei, a proposta de mudança ainda precisa passar por sanção do prefeito ACM Neto (DEM). Patrono da Educação Brasileira, Paulo Freire é considerado um dos principais

pensadores da pedagogia mundial e ganhou notoriedade ao desenvolver um método de alfabetização que estimula a valorização do saber do aluno e o aprendizado como forma de transformação política.

Ao propor o projeto de mudança do nome da escola, o vereador afirmou que “graças ao método construtivista de Paulo Freire implantado nas escolas”, o país ocupa hoje as últimas posições do mundo na questão da qualidade de ensino. “Afinal, que homenagem Paulo Freire merece?”, questionou Aleluia, que defendeu a escolha por José Bonifácio para homenagear “os verdadeiros brasileiros que realmente contribuíram para o desenvolvimento do país”.

Mesmo filiado ao DEM, Alexandre Aleluia é um dos principais nomes do bolsonarismo na Bahia e deve migrar para o novo partido que está sendo formado pelo presidente, a Aliança pelo Brasil. Ele é filho do ex-deputado federal José

Carlos Aleluia, que ocupa o cargo de assessor especial do Ministério da Saúde na gestão Jair Bolsonaro, além de ter um assento remunerado no conselho de Itaipu Binacional.

A mudança do nome da escola foi criticada pela comunidade escolar, que afirma que em nenhum momento foi consultada sobre o assunto. “Estamos surpresos e perplexos. Foi algo que aconteceu de repente, sem o nosso conhecimento. Não concordamos com esta mudança”, afirma a diretora da escola Rose Tatiane Barreto, 45.

Também houve críticas de vereadores da oposição e da base do prefeito ACM Neto. Líder do PT na Câmara Municipal, a vereadora Marta Rodrigues afirmou que o projeto foi incluído na pauta de última hora e votado sem a explicação de que haveria a retirada do nome de Paulo Freire da escola. “A intenção do projeto de Aleluia é claramente perseguir Paulo Freire por causa do ódio que ele nutre pelo pedagogo,





assim como o presidente Bolsonaro. [Ele quer] afrontar professores e todos aqueles que prezam pela diversidade e pluralidade na educação”, afirma.

O vereador Téo Senna (PHS), que é aliado do prefeito e tem base eleitoral no bairro de Arraial do Retiro, também criticou a alteração do nome da escola. “É muito triste ver situações em que a mera questão ideológica vai de encontro com a vida das pessoas. Como uma pessoa que nunca pisou em Arraial do Retiro quer mudar aleatoriamente o nome de uma escola?”, afirmou.

O educador Paulo Freire tem sido alvo de constantes críticas do presidente Jair Bolsonaro e do ministro da Educação Abraham Weintraub. Na última segunda-feira (16), Bolsonaro criticou Freire ao defender o cancelamento de contrato do Ministério da Educação com a TV Escola. “Era uma programação totalmente de esquerda. Ideologia de gênero. Tem que mudar. Daqui 5, 10 anos vai ter reflexo disso aí. 30 anos em cima dessa ideologia aí desse Paulo Freire, desse energúmeno aí que foi ídolo da esquerda”, afirmou o presidente.



Fachada da escola Paulo Freire, no bairro Arraial do Retiro, na periferia de Salvador

Rose Tatiane Barreto/Divulgação

Pesquisa aproxima estudante do ensino médio da universidade

Raphael Preto Pereira
SÃO PAULO

Quando começou a estudar na Escola Técnica Estadual Santa Efigênia, na região central de São Paulo, Victor Luigi, 15, do primeiro ano do ensino médio, já tinha interesse por pesquisa acadêmica. O gosto foi despertado pela irmã, que cursou licenciatura em ciências da natureza na USP (Universidade de São Paulo). “Ela me levava em alguns eventos abertos na área de ciências na faculdade e despertava curiosidade”, diz ele.

No início de 2019, ele soube de um edital para pré-iniciação científica destinado a estudantes de ensino médio e foi um dos 11 mil bolsistas contemplados com uma bolsa de R\$ 100 pelo programa do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). A instituição ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, promove essa modalidade desde 2003.

Com o auxílio de uma professora da ETEC e de uma docente da USP, Victor vai desenvolver uma pesquisa sobre jogadores de basquete em cadeira de rodas.

Seu interesse pelo esporte praticado por pessoas com deficiência foi natural: ele jogou basquete durante um ano como armador. “Quando descobri a existência dessa modalidade para pessoas com deficiência, comecei a pensar em maneiras de ajudar os praticantes do esporte. O objetivo é pesquisar e entender a rotina dos jogadores, identificando também as dificuldades que eles têm”, diz o jovem cientista. O projeto faz parte do Espaço Ciência Cultura e Educação (ECCE) da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (Each) da USP Leste.

Vitor afirma ter tido dificuldade para entender como eram os procedimentos para a inscrição. “Tive a ajuda da minha irmã, que tinha feito iniciação científica na faculdade. Mas,

no geral, acho que é pouco divulgado”, afirma.

Um ponto negativo é o baixo orçamento: apenas 1,5% do que é investido em pesquisa vai para os projetos relativos ao ensino médio, e esse valor engloba também as bolsas dadas aos estudantes que tem bom desempenho na Olimpíada brasileira de matemática (OBMEP).

Outro fator que joga contra o incentivo à pesquisa é a forma de contratação da maioria dos docentes da educação básica. Via de regra, eles são pagos por hora-aula. Isso significa que, quando um educador no ensino médio trabalha como orientador de uma pesquisa, não ganha nada a mais por isso.

Além da USP, a Universidade Estadual Paulista (Unesp) e a Universidade de Campinas (Unicamp) também têm pesquisadores bolsistas no ensino médio. O orçamento do CNPq para bolsas de todas as modalidades é de





R\$ 784 milhões para 2019.

Lucas Lima 16, Maria Yoshida, 15, e Isaque Sena, 16 pretendem utilizar drones para desenvolver métodos mais acessíveis de automação residencial. Eles são alunos do Instituto Técnico de Barueri (ITB).

Lucas aponta que muitas vezes a iniciação científica é uma oportunidade de ter contato com uma forma de aprendizado mais prática, algo que não ocorre no ensino médio. “No ano passado, por exemplo, eu tinha uma matéria que se chamava técnica de processos construtivos. Não via muita relevância nela porque era um aprendizado muito teórico. Aqui [na iniciação científica] a gente aprende fazendo”, afirma.

Entre agosto e novembro deste ano, as bolsas do projeto sofreram um contingenciamento. Agora, o pagamento foi normalizado, mas três meses de financiamento não serão pagos.

“Fazemos um trabalho de formiguinha, que é para mostrar ao estudante de escola pública que estudar em uma universidade pública também é possível”, diz Edwaldo

Simões Júnior, professor doutor da Escola Politécnica e responsável pela orientação do projeto. O educador Ulises Mendes, professor dos alunos no ensino médio, também acompanha a pesquisa.

Edwaldo tem experiência na orientação de pesquisas com alunos do ensino médio. No ano passado, ele orientou Victor Alves e Luana Torres, ambos de 19 anos, que hoje estudam na USP. “O nosso projeto foi sobre topografia, e eu aprendi a utilizar vários equipamentos que usava na pesquisa e que voltei a utilizar no primeiro ano da faculdade. A gente tem alguma coisa de desenho topográfico na escola, mas é muito diferente, tinha poucos equipamentos, então no ensino médio foi mais teórico”, diz Victor.

Para o Fernando Cássio, professor da Universidade Federal do ABC (UFABC), que já orientou trabalhos de iniciação científica no ensino médio e é membro da Rede Escola Pública e Universidade (REPU), a pré-iniciação científica ajuda a quebrar alguns mitos sobre a educação pública.

“Há uma demonização da escola, e ainda mais da escola pública, mas o fato é que esses estudantes estão

procurando a iniciação científica. Alguma coisa estimula esses jovens a quererem mais e a extravasar a escola”, afirma o docente.

Fernando reforça também a importância do contato com a metodologia de pesquisa já no ensino médio: “a gente vive querendo defender uma educação investigativa, que faça sentido para o estudante, a prática da pesquisa, de se pensar, investigar e responder a partir de métodos e metodologias de pesquisas. O estudante que está nesse movimento já superou a escola, no sentido de que o que ele deseja e precisa já não está mais lá. Mas mesmo assim, o fato deste estudante procurar a universidade demonstra que coisas interessantes acontecem na escola, e principalmente na escola pública”, diz ele.

Além disso, segundo o docente, a aproximação da escola pública também é benéfica para as universidades: “difícilmente a escola é vista como espaço com pesquisadores em potencial; geralmente o espaço escolar é visto somente como objeto de pesquisa. A chegada de pesquisadores vindos de uma escola pública inverte essa relação de um jeito muito positivo”, diz o professor.

34% dos docentes da rede de SP já foram discriminados por opiniões, diz pesquisa

Júlia Zaremba

SÃO PAULO Um em cada três professores da rede estadual de São Paulo diz já ter sido discriminado ou importunado por expor uma opinião ou ideia em sala, segundo pesquisa feita pelo Instituto Locomotiva e a Apeoesp (sindicato dos professores do estado) divulgada nesta quarta (18). O número é um pouco maior entre os alunos: 38% afirmam ter sido constrangidos por expor ideias.

A pesquisa não detalha que tipo de opinião levou o docente a ser alvo. Por outro lado, 88% dos estudantes e 92% dos professores disseram concordar que deve ser possível conversar sobre todos os assuntos nas escolas.

O levantamento Qualidade da Educação e Violência ouviu mil estudantes com 14 anos ou mais e 701 professores da rede estadual em 14 municípios, entre 5 de setembro e 1º de outubro. A margem de erro é de 2,4 pontos percentuais.

Segundo a pesquisa, cerca da metade dos professores (53%) e estudantes (49%) da rede estadual paulista tiveram conhecimento de ao menos um caso de agressão física no último ano na escola que frequentam.

A percepção de violência por professores e estudantes nas

instituições do estado cresceu de 2014 para 2019: foi de 77% para 81% entre alunos e de 84% para 90% entre docentes.

Bullying, agressão verbal, agressão física e vandalismo foram os casos de violência mais citados pelos entrevistados. O mais citado pelos estudantes foi bullying (62%) e pelos docentes, agressão verbal (83%).

O número de pessoas que afirmou ter sido vítima de violência também cresceu em comparação com 2014 no estado. Foi de 28% para 37% entre alunos e de 44% para 54% entre professores.

Um dos casos mais marcantes deste ano ocorreu em maio em uma escola estadual em Carapicuíba, na Grande São Paulo. Uma professora de português foi atacada por oito alunos, que arremessaram carteiras, cadeiras, livros e cadernos contra a docente. Os jovens foram apreendidos pela polícia.

Foi neste ano também que oito pessoas morreram e 11 ficaram feridas após o ataque na escola Raul Brasil, em Suzano, na Grande São Paulo.

O Brasil lidera um ranking de violência nas escolas elaborado pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) que inclui 34 países e considerou dados de 2013, quando 12,5%

dos professores brasileiros ouvidos relataram ter sido vítimas de agressões verbais ou de intimidação de alunos ao menos uma vez por semana.

Para os dois grupos de entrevistados para a pesquisa do Instituto Locomotiva, o governo do estado deveria dar mais condições de segurança às escolas (98% dos estudantes e 99% dos docentes).

A percepção é de que campanhas de prevenção à violência foram reduzidas: 57% dos jovens afirmaram que a escola faz ou já fez algum tipo de trabalho ou campanha contra a violência escolar, ante 78% dois anos atrás.

“A escola, que deveria ser um ambiente impermeável à violência do restante da sociedade, não está sendo vista desta forma. Não é uma ilha de paz em uma sociedade violenta”, diz Renato Meirelles, presidente do Instituto Locomotiva.

A falta de funcionários nas escolas seria um obstáculo para enfrentar a violência, diz a deputada Professora Bebel (PT), presidente da Apeoesp.

A violência contra docentes, especificamente, seria reflexo da desvalorização da carreira de professor, diz Andrea Ramal, consultora e doutora em educação pela PUC-Rio. “Não tem a ver só com a situação econômica do magistério ou com políticas públicas, mas





também com a maneira com a qual famílias encaram a profissão”, diz ela.

Sobre ataques contra opiniões expostas em sala, a consultora afirma que têm a ver com o momento de polarização no país. Projetos pedagógicos que incentivam discussões seriam uma solução para a questão, segundo ela.

Em nota, a Secretaria da Educação de São Paulo afirma que lançou em outubro o Programa Conviva SP, para identificar a vulnerabilidade de cada unidade escolar e produzir dados para implementar o Método de Melhoria de Convivência Escolar.

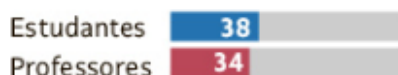
Também afirma que foi criado o Gabinete Integrado de Segurança e Proteção Escolar, com servidores da educação e da Polícia Militar.

Violência nas escolas

Levantamento do Instituto Locomotiva aponta leve aumento nos relatos de agressão em escolas

Em %

Entrevistados disseram já ter sido discriminados ou sofrido bullying por expor alguma opinião ou ideia



Maioria concorda que na escola deve ser possível conversar sobre todos os assuntos



Cresce percentual de estudantes e professores que afirmaram ter conhecimento de casos de violência nas escolas



Metade dos entrevistados souberam de ao menos um caso de agressão física na escola que frequentam no último ano



Aumenta número de pessoas que relataram ter sido vítimas de violência na escola no último ano



Entrevistados dizem que governo estadual deveria dar mais condições de segurança às escolas



Fonte: Pesquisa "Qualidade da Educação e Violência", realizada pelo Instituto Locomotiva e o Apeoesp (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo)

Regra que permitia a instituições privadas aplicar o Revalida é vetada por Bolsonaro

Gustavo Uribe
e Paulo Saldaña

BRASÍLIA O presidente Jair Bolsonaro vetou nesta quarta (18) a autorização para que universidades privadas apliquem o Revalida, exame para revalidar o diploma de médicos formados no exterior.

A permissão fazia parte de projeto de lei, aprovado pelo Legislativo, que altera as regras da prova. Ele tramitou em paralelo à medida provisória do novo Mais Médicos, que foi sancionada também nesta quarta no Planalto.

O projeto de lei estabelecia que instituições públicas e privadas com notas 4 e 5 (as mais altas) no Sinaes (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior) poderiam aplicar o exame. A mudança tinha o apoio do ministro da Educação, Abraham Weintraub.

Questionado, o MEC (Ministério da Educação) informou

que não vai comentar o veto. Weintraub defendeu a inclusão de instituições privadas como forma de agilizar o processo e o veto enfraquece sua posição dentro do governo.

Weintraub tem tido uma relação estreita com o setor privado de ensino superior. Sua permanência na pasta no próximo ano é vista com desconfiança por aliados e integrantes do governo —Bolsonaro nega, entretanto, que planeje promover alterações no comando do ministério.

Com o veto, defendido por entidades médicas, será mantida a atual regra de que apenas as universidades públicas podem aplicar a avaliação. O presidente impôs ainda mais dois vetos, que, segundo ele, corrigem redundâncias no texto.

“O presidente, escutando a categoria médica e entendendo que isso deve ser de-

ver do Estado, decidiu pelo veto no capítulo que diz respeito à validação do diploma por faculdades particulares”, disse o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta.

Entidades médicas, como a Associação Médica Brasileira, se declararam contra a autorização às particulares por temerem a criação de uma indústria da revalidação de diplomas.

Em vídeo em redes sociais, Bolsonaro disse esperar que o Congresso compreenda o veto no trecho das universidades federais. “Estamos vetando uma coisa que é normal, espero que o Congresso mantenha os vetos que foram analisados oportunamente”, disse.

Ao todo, são previstas 18 mil vagas no novo programa Médicos pelo Brasil em todo o país, priorizando municípios pequenos e longe dos centros urbanos. A expectativa é de que o primeiro edital seja lançado em fevereiro e que os primei-





ros profissionais sejam enviados em abril aos municípios.

“A ideia é lançar um edital amplo para que se possa chamar progressivamente”, disse o ministro. “Na simulação que fizemos, devemos chegar a 13.800 no Norte e no Nordeste, nas áreas de mais difícil provimento”, acrescentou.

Mandetta estima que o Mais Médicos, que ainda não foi encerrado e segue em vigor, deva se estender por mais um ou dois anos, até que sejam contratados, pelo novo programa, profissionais suficientes que atendam às áreas carentes.

Segundo ele, os 2.000 médicos cubanos que ainda atuam no Brasil serão reincorporados ao Mais Médicos por um prazo improrrogável de dois anos. Nesse período, eles terão de revalidar seus diplomas. Caso contrário, serão desligados da iniciativa.

» **Terra arrasada.** O Planalto está sendo cobrado por parlamentares ligados à educação pelo Fundeb, que acaba no ano que vem. Eles se queixam de que não há proposta do MEC nem mobilização para aprovar nada.

Bolsonaro veta Revalida em universidade privada

Mateus Vargas Emilly Behnke /
BRASÍLIA

O presidente Jair Bolsonaro sancionou ontem uma lei para criar o Médicos pelo Brasil, programa que propõe substituir o Mais Médicos, e uma nova legislação sobre o Revalida, com veto ao trecho que permitia a revalidação de diplomas em universidades privadas de notas 4 ou 5 no Enade, avaliação do governo federal do ensino superior (a escala vai de 1 a 5).

O Médicos pelo Brasil prevê contratar 18 mil profissionais para atuar em áreas mais pobres do País. O governo deseja lançar edital em fevereiro para selecionar profissionais do programa. Ainda será definido quantos médicos vão para cada cidade, mas o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, estima que 13,8 mil sigam para o Norte e o Nordeste.

O primeiro nível salarial dos profissionais contratados pelo novo

programa pode chegar a R\$ 21 mil e R\$ 31 mil. A variação depende do local de trabalho.

Antes de entrarem de vez no programa, quando são contratados via CLT, os profissionais selecionados receberão bolsa de

R\$ 12 mil mensais líquidos durante dois anos de formação em Medicina da Família e Comunidade. Neste período, haverá ainda gratificação de R\$ 3 mil para quem atuar em locais remotos e de R\$ 6 mil, para distritos indígenas, áreas ribeirinhas e fluviais. Segundo Mandetta, não está descartada a possibilidade de que instituições privadas atuem nos cursos de formação.

Os médicos serão selecionados por processo seletivo eliminatório e classificatório. Serão escolhidos médicos de família e comunidade, além de tutor médico, para os cursos de formação. Criada pela nova lei, a Agência para o Desenvolvimento da

Atenção Primária à Saúde definirá critérios do edital de seleção, distribuição e formação dos médicos. A ideia do governo é superar a “burocracia” para colocar a agência em funcionamento em até 45 dias.

Exame. Com a medida sancionada ontem, o Revalida, exame para revalidação de diplomas de profissionais formados no exterior, poderá ser realizado duas vezes por ano – a periodicidade incerta do exame era alvo de críticas.

O veto à aplicação em universidades privadas foi um pedido de entidades médicas, como o Conselho Federal de Medicina (CFM). “Para atender a classe médica, para o bom desempenho do serviço de vocês”, disse Bolsonaro sobre o veto. “Estamos aqui sancionando essa lei histórica. E vetando uma coisa que é normal. Espero que o Congresso mantenha os vetos.”

Escola entra em programa do MEC sem consulta prévia

Direção de colégio em Campinas só foi informada este mês de que se tornaria cívico-militar; aval de pais, alunos e docentes é requisito

Isabela Palhares

Única no Estado de São Paulo selecionada para o programa de colégios cívico-militares do Ministério da Educação (MEC), a Escola Municipal de Ensino Fundamental Odila Maia Rocha Brito, em Campinas, não se ofereceu para integrar o novo modelo. Uma votação para decidir se alunos, pais e professores querem que o colégio tenha militares na gestão foi marcada só para ontem – e suspensa após queixa na Justiça. A previsão do MEC é fazer a mudança já em 2020.

As escolas cívico-militares têm a administração compartilhada entre militares e civis. Hoje, segundo MEC, há 203 unidades no País com esse modelo. Promessa de campanha do presidente Jair Bolsonaro, o governo selecionou 54 escolas em todo o País para receber o formato, considerado pelo ministério como adequado para melhorar índices de aprendizagem. Especialistas, porém, veem o modelo com ressalvas e criticam a ênfase em uma ação com número pequeno de alunos atendidos.



Proposta. Ministério de Abraham Weintraub disse que municípios indicaram as escolas

A portaria do programa de escolas cívico-militares coloca como critério de adesão a aprovação da comunidade escolar por consulta pública, o que não foi feito no colégio de Campinas. Questionado, o MEC não informou por que selecionou a escola em que a comunidade não foi consultada. A direção da escola só soube da escolha para o programa há pouco mais de duas semanas e foi informada de que preenchia os critérios de seleção. A votação pelos pais e alunos foi suspensa pela Justiça após ação movida pelo Centro Acadêmico XI de Agosto, dos estudantes de Direito da Universidade de São Paulo (USP), que contestou o debate sobre o tema durante as férias escolares.

Além da exigência de aprovação da comunidade, a portaria do MEC diz que seriam selecionadas escolas com alunos em situação de

vulnerabilidade social, desempenho abaixo da média estadual no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), principal indicador de qualidade do ministério. Também eram requisitos ter turmas dos anos finais do fundamental (6.º ao 9.º ano) e/ou ensino médio e entre 500 e mil alunos.

Com cerca de 800 alunos, a Odila Brito fica em área de baixo índice socioeconômico em Campinas e marcada por várias ocupações de sem-teto. Oferta os anos iniciais do fundamental (1.º ao 5.º ano), em que tem Ideb 5,5 (abaixo da média do Estado, de 6,5), e os anos finais, com nota 4,7 (a média paulista é 4,9).

O Estado apurou que o prefeito de Campinas, Jonas Donizette (PSB), enviou ao MEC carta de interesse na adesão ao programa. A escolha da unidade foi feita pelo





MEC, sem que o município a tivesse indicado.

“A escola fica em área vulnerável, mas não apresenta problemas de indisciplina ou violência. Muitos outros colégios da região têm problemas maiores.

Não entendemos o motivo da escolha”, disse Larissa Cavalcanti, de 21 anos, ex-aluna da unidade. Funcionários disseram que a escola é referência no bairro e tem fila de espera para matrícula nos anos iniciais.

Assim que a adesão ao programa foi comunicada à escola, professores e alunos levantaram dúvidas sobre as mudanças. Por isso, a Secretaria de Educação de Campinas marcou a votação para ontem. Só podem votar alunos com mais de 16 anos, pais e responsáveis pelos alunos,

além de funcionários. A suspensão da votação foi comunicada à escola às 18h25 de ontem e a Guarda-Civil Municipal foi ao colégio para evitar tumulto.

Governo. Em nota, a Secretaria de Campinas disse que a decisão “caberá à população” e acatará o resultado da escolha.

A preparação de funcionários da escola pelo MEC, porém, já foi iniciada na semana passada.

Já o MEC disse que selecionou os municípios e estes indicaram as escolas onde desejavam adotar o programa, “desde que atendidos os critérios”. Segundo a pasta, caso Campinas não faça a consulta pública ou se houver rejeição pela comunidade escolar, uma nova escola deve ser indicada.

Estudo: 54% dos docentes dizem sofrer agressão

Marco Antônio Carvalho

Uma pesquisa divulgada ontem pelo Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp) mostra que mais da metade (54%) dos professores da rede estadual disse já ter sofrido algum tipo de violência nas escolas. A porcentagem vem crescendo: em 2014, era 44%, passando para 51% em 2017. Entre os alunos, a proporção é de 37%. Em nota, a Secretaria Estadual da Educação disse que a pesquisa tem “viés político” e criticou a limitação da amostragem.

A análise foi conduzida após entrevistas com estudantes e professores de 14 regionais do Estado, com amostra de 1,7 mil pessoas em contatos pessoais e telefônicos realizados entre os dias 5 de setembro e 1.º de outubro. O objetivo, diz a Apeoesp, é “monitorar a percepção da população e da comunidade escolar sobre qualidade da educação,

segurança nas escolas e outros temas relevantes”.

Levando em consideração aqueles que souberam de casos de violência nas escolas no último ano, a proporção é de 81% entre estudantes e 90% entre professores. Esses números são até 6 pontos percentuais maiores se comparados com as pesquisas de 2014 e 2017.

Bullying. Os casos de violência mais citados são diferentes entre professores e alunos: para os docentes, a maioria diz respeito à agressão verbal – já os alunos citam o bullying. Na pesquisa, 38% dos alunos disseram que já sofreram bullying ao expor opinião ou ideia. A proporção é de 34% entre professores.

Para a Secretaria Estadual da Educação, a pesquisa divulgada pela Apeoesp “não tem credibilidade técnica por estar ligada a uma entidade que possui interesses políticos partidários”.

**Bolsonaro: “Weintraub
é excelente”**

O presidente Jair Bolsonaro saiu ontem em defesa de seu ministro da Educação, Abraham Weintraub, bombardeado por várias críticas. Bolsonaro diz que ele fica. “No meu entender, (Weintraub) está sendo excelente. (Se) tem certos jornalistas criticando, é porque está indo bem — afirmou, na saída do Palácio da Alvorada. O advogado Luís Felipe Belmonte, suplente do senador Izalci Lucas (PSDB-DF), que surge como cotado para o Ministério da Educação, está no Qatar, para acompanhar a partida final do Campeonato de Clubes. Despreocupado, embarca depois de férias.

Reitora rebate ministro: “UnB não compactua com ilícitos”



Em reunião do conselho da universidade, colegiado discutiu declarações de ministro, que acusa instituição de ter plantações de maconha

ANA KAROLLINE
RODRIGUES
anakaroline.rodrigues@metropoles.com

Em reunião do Conselho Universitário (Consuni), colegiado máximo da Universidade de Brasília (UnB), na tarde desta quarta-feira (18/12/2019), a reitora e presidente do Consuni, Márcia Abrahão, disse que instituição “não é produtora de qualquer tipo de droga nem compactua com quaisquer tipos de ilícitos”.

A afirmação é uma resposta à recente declaração do ministro da

Educação, Abraham Weintraub, na qual afirmou, no final de novembro, que existem plantações de maconha na área da universidade.

Criticado por não apresentar provas do que disse, Weintraub usou as redes sociais para atacar a UnB e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Postou reportagens sobre o consumo de maconha e drogas sintéticas nas instituições.

Entre os pontos discutidos na reunião, os membros do Consuni propuseram moções que peçam a demissão de Weintraub e uma retratação formal do ministro. No entanto, não houve decisão sobre nenhuma dessas propostas.

Sobre as supostas plantações de

maconha, a reitora da UnB ressaltou que, em 2017, houve uma apreensão de pés de maconha próximo ao campus da Asa Norte, mas que as plantas não estavam localizadas na área pertencente à instituição.

“Isso realmente aconteceu. Mas imediatamente constituímos uma comissão interna, presidida por uma docente da Faculdade de Direito. A comissão trabalhou paralelamente ao trabalho da polícia. Durante as investigações, ficou comprovado que a área não pertence à Universidade de Brasília. Tudo isso está nos autos”, destacou.

“O processo foi extinto, e os três estudantes não foram condenados. Com base nisso, a comissão sugeriu o arquivamento do processo no âmbito interno. A nossa comunidade é bastante comprometida com a missão institucional e, quando há casos isolados como esse, tomamos as medidas cabíveis”, completou Márcia Abrahão.

Durante a reunião, os membros do Consuni assistiram a vídeos em que Weintraub fez ataques à UnB e discutiram as declarações. De acordo com a reitora, no dia 9 de dezembro deste ano, a UnB recebeu e-mail relatando que o ministro teria se reunido naquele dia com o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Walton Alencar Rodrigues





para pressioná-lo a não aprovar as contas de 2017 da instituição de ensino brasileira.

“Nós, universidades federais, temos sido alvo de questionamento de uma parte da sociedade com relação à nossa importância. E isso começou mais fortemente no final de abril deste ano, quando o atual ministro da Educação fez o bloqueio orçamentário com argumentos de que estávamos fazendo balbúrdia”, disse a reitora.